

O que leva a pluralidade a ser objeto de crises e rupturas políticas: reflexões e compreensões no pensamento de Hannah Arendt

What leads plurality to be the object of crises and political ruptures: reflections and understandings in the thought of Hannah Arendt

Antonio Justino de Arruda Neto¹

RESUMO: O presente texto tem como objetivo a compreensão da pluralidade como objeto de crises e rupturas na política. O tema é problematizado a partir do pressuposto pluralidade *versus* crise. No intuito de compreender, utilizou-se como fundamentação teórica o pensamento de Hannah Arendt. Por essa razão, tem-se como problemática de pesquisa: qual a relação entre crise e pluralidade no pensamento de Hannah Arendt? Em relação aos objetivos, tem-se o geral em compreender a problemática, enquanto, os específicos são: (1) identificar o conceito de política em Hannah Arendt, (2) analisar o conceito de pluralidade em Arendt e (3) discutir a relação de crise da pluralidade no pensamento de Arendt. Sendo assim, a pesquisa, constitui-se como uma revisão bibliográfica, articulada com os principais livros da autora sobre o conceito de política: “*As Origens do Totalitarismo*” (1951), “*A Condição Humana*” (1958), “*Entre o Passado e o Futuro*” (1961) e o “*O que é Política?*” (1993). Espera-se como resultado discursivo a manutenção da pluralidade presente no pensamento de Arendt, como um remédio para evitar a solidão política. Embora a pluralidade seja fruto de rupturas, Arendt indica a possibilidade de novos inícios pelo que ela denominou de: “atividades verdadeiramente políticas”, que são o “agir” e o “falar”.

PALAVRAS-CHAVE: Hannah Arendt; Política; Pluralidade-crise.

ABSTRACT: This text aims to understand plurality as an object of crises and ruptures in politics. The theme is problematized from the assumption of plurality versus crisis. In order to understand, the thought of Hannah Arendt was used as a theoretical foundation. For this reason, the research problem is: what is the relationship between crisis and plurality in Hannah Arendt's thought? Regarding the objectives, there is the general one in understanding the problem, while the specific ones are: (1) identifying the concept of politics in Hannah Arendt, (2) analyzing the concept of plurality in Arendt and (3) discussing the relationship crisis of plurality in Arendt's thought. Therefore, the research is constituted as a bibliographic review, articulated with the author's main books on the concept of politics: "As Origens do Totalitarismo" (1951), "The Human Condition" (1958), "Between the Past and the Future" (1961) and "What is Politics?" (1993). As a discursive result, the maintenance of the plurality present in Arendt's thought is expected, as a remedy to avoid political loneliness. Although plurality is the result of ruptures, Arendt indicates the possibility of new beginnings through what she called: “truly political activities”, which are “acting” and “speaking”.

KEYWORDS: Hannah Arendt; Politics; Pluralidade-crisis.

¹Doutorando em Direito pela UFPE, Professor de Direito na Faculdade Conceito Educacional - FACCON, <https://orcid.org/0000-0001-5188-3198>, arruda.neto@ufpe.br

INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo a compreensão da pluralidade como objeto de crises e rupturas na política. O tema é problematizado a partir do pressuposto pluralidade *versus* crise. No intuito de compreender, utilizou-se como fundamentação teórica o pensamento de Hannah Arendt. Recordamos que a pluralidade é o sentido da política em Hannah Arendt, enquanto, a crise é um fenômeno de ruptura, o qual Arendt analisa no decorrer de sua obra. Nesse caso, citamos os exemplos de crise: do Estado-Nação, do totalitarismo, da educação e da cultura. Por essa razão, tem-se o nosso problema de pesquisa: qual a relação entre crise e pluralidade no pensamento de Hannah Arendt?

Para responder o questionamento acima, tem-se como nosso objetivo geral, a compreensão da problemática, enquanto, os nossos objetivos específicos são estabelecidos da seguinte forma: o primeiro foi a identificação do conceito de política, o qual tivemos articulado com uma das primeiras seções do nosso texto: buscamos o sentido e o objetivo da política em Arendt; o segundo objetivo específico foi o estabelecimento de uma análise sobre o conceito de pluralidade; o terceiro objetivo foi uma discussão a respeito da pluralidade *versus* crise. Nesse caso, apresentamos os elementos conceituais no tocante aos exemplos de crises mencionadas, a partir do pensamento de Hannah Arendt.

Por fim, a nossa pesquisa baseou-se em alguns dos principais escritos de Arendt como o nosso referencial teórico. Nesse sentido, citamos “*As Origens do Totalitarismo*” (1951), “*A Condição Humana*” (1958), “*Entre o Passado e o Futuro*” (1961) e o “*O que é Política?*” (1993). Desse modo, para evitar as rupturas da pluralidade, Hannah Arendt indica a capacidade do homem em viver novos começos, pela natalidade e com a ação realizar as suas atividades políticas. Por essa razão, o homem, de acordo com a autora, está condicionado a viver na pluralidade.

CONTEXTO DISCURSIVO: CRISE E PLURALIDADE

O objetivo dessa seção textual é a compreensão do contexto discursivo entre os dois termos *crise* e *pluralidade*, no pensamento de Hannah Arendt. Em seu percurso de referências conceituais, a autora discute em vários momentos sobre estes temas mencionados. O centro dessa discussão é a política, que nasce fruto de uma crise ou da pluralidade. Por essa razão, temos dois questionamentos, que nos auxiliam em nossa discussão: quais são as crises apresentadas por Arendt em sua discussão? Qual o sentido da pluralidade para a política?

Para responder o primeiro questionamento, precisamos retomar a introdução do livro “*Entre o Passado e o Futuro*” (1961), pois, desse, surge a temporalidade ou tempo das crises, os quais Arendt analisa em conjunto com a política. Visto que Arendt (2014) recorreu ao argumento sobre o tempo para a política, tanto de René Char, com a herança não precedida e a Kafka sobre os dois adversários. Na introdução do livro mencionado, a autora escolheu como companheiro de “viagem” o próprio Kafka, o qual o indivíduo consegue “romper” o contínuo do tempo (ARENDR, 2012). Desse modo, Arendt indica o responsável pela ruptura do tempo na política ou pelas crises desta: tem-se a nossa hipótese de que o homem atomizado, como aquele que aparece no espaço público.

Pois, “do ponto de vista do homem, que vive sempre no intervalo entre o passado e o futuro, o tempo não é um contínuo, um fluxo de ininterrupta sucessão; é partido ao meio no ponto onde “ele” está [...]” (ARENDR, 2014, p. 37). Infere-se da citação três momentos discursivos: (1) o tempo, (2) a imagem das rupturas e (3) a localização do homem, enquanto aquele que age. Esses momentos discursivos são importantes para que o homem, em comunidade, desempenhe as atividades políticas da natalidade da *vita activa* e da *vita contemplativa*. Contudo, está na forma ou no modo que esse homem se utiliza de suas atividades políticas, onde pode ocorrer o desvirtuamento da ruptura temporal, e, por isso, citamos como exemplos dessa ruptura: a “Crise do Estado-Nação” e o “Totalitarismo”. Posto isso, somamos a essas a crise na educação e na cultura.

Os termos citados demonstram uma importância conceitual para a autora, para uma análise sobre as atividades da vida política, além da própria política. Desse modo, a política é o tema central do pensamento de Hannah Arendt. Pois, em seu decurso de pensamento, os elementos conceituais que a autora apresenta tem, em seu centro, a política. Essa é questionada nos escritos iniciais da autora, por isso, nos fragmentos de 1950, lemos a preocupação da autora em indicar um caminho metodológico para o tema. Portanto, iniciamos nosso percurso discursivo com o questionamento: “O que é política?” (ARENDR, 2017).

O QUE É POLÍTICA PARA ARENDR: DA PLURALIDADE, DA CRISE E DA ESPERANÇA?

O objetivo discursivo dessa seção é a identificação dos elementos constitutivos do conceito de política em Hannah Arendt. Desse modo, identificamos três caminhos discursivos, para responder o questionamento da seção: pluralidade, crise e esperança. O nosso primeiro momento discursivo será responder o questionamento feito por Arendt em 1950. O segundo, pelo termo crise como um processo de ruptura social, política e jurídica. Por fim, tem-se a esperança como terceiro momento, a qual Arendt indica como a capacidade do novo nascimento do homem.

Por conseguinte, o nosso primeiro momento discursivo decorre dos escritos de Hannah Arendt de 1950: a qual citamos os fragmentos e “A Condição Humana” (1958). Essa data é um marco temporal para a escrita de Arendt, sendo assim, em agosto de 1950, Arendt foi estimulada pelo seu editor, Klaus Piper, a escrever um livro sobre a introdução à política. Como bem sabemos, a publicação não ocorreu, mas o que Arendt nos deixou foi um esboço do projeto. Desse modo, os fragmentos discursivos deste texto foram organizados por Ursula Ludz, em 1993, com o título “*Was ist Politik?*”.² Esse título faz referência ao fragmento 1 do texto iniciado por Hannah Arendt, ou seja, observamos o cuidado pedagógico e científico de Arendt, para situar o seu público em razão do problema a ser descrito no decorrer de sua escrita.

A autora retomando suas análises sobre a política realiza uma provocação, a qual está contida no fragmento 01 do livro: “O que é política?”. Nesse questionamento, está presente o que denominamos de problema-pesquisa sobre qual tipo de política Arendt estava disposta a analisar. Neste caso, a autora estava disposta a uma análise de uma política que estabelece a pluralidade como centro de suas discussões, por isso, Ela responde (2017, p. 21) à pergunta inicial: “a política baseia-se na pluralidade dos homens” ou ainda, “a política trata da convivência entre os diferentes”. As duas citações, apresenta-nos que pela pluralidade os homens vivem e convivem entre si, ou seja, por essas distinções, eles aparecem na vida pública. Por essa razão, Arendt indica a pluralidade como base da política e como afirma Maria Cristina Müller “a pluralidade é o ponto central da política” (MÜLLER, 2022, p. 309). Por ser o elemento central para a política, a pluralidade indica o fundamento essencial, para a política. Contudo, no decorrer de sua explicação do seu questionamento sobre a política, Arendt apresenta sete elementos constitutivos.

Dessa forma, Arendt nos apresenta o primeiro elemento, que é a base da relação com a política: a pluralidade. O segundo, refere-se ao modo de organização da política para interação entre os homens. Sobre o terceiro elemento, a autora cita o agir como condição da política, nesse caso, recordamos a relação entre a ação como atividade da vida ativa. Durante o quarto, a autora indica a relação da filosofia como elemento teológico da política como um argumento da localização do homem na política. Em relação ao quinto argumento, a citação é referente ao estabelecimento da localização do homem na política: “entre os homens”. O sexto elemento é baseado na liberdade como elemento *intra* da política. Já o sétimo, o último, tem-se a tarefa da política como um construir relação para o mundo (ARENDRT, 2017, p. 21-24).

Esses elementos conceituais foram apresentados por Arendt em decorrência de sua preocupação pedagógica em estabelecer os aspectos introdutórios da política para o seu público. Contudo, o objetivo de Arendt era estabelecer para nós um conceito de política, baseada na

² No Brasil, o texto foi publicado pela Bertrand Brasil (2017) com tradução de Reinaldo Guarany.

capacidade do homem em realizar suas ações e aparecer ao mundo. Nesse caso, ela bem estabeleceu em seus escritos posteriores, por exemplo, na obra "*A Condição Humana*" (1958), com as atividades da *vita activa* e, em especial, na relação da atividade da ação com a natalidade (influência de Agostinho de Hipona) como fundamento da política.

No livro "*A Condição Humana*" (1958), Arendt resgata a atividade da ação como uma atividade que ocorre com a interação de forma sem mediação entre os homens (ARENDR, 2018, p. 09) e sua aproximação com o conceito da política, baseada no aspecto da pluralidade. Desse modo: "[...] embora todos os aspectos da condição humana tenham alguma relação com a política, essa pluralidade é especificamente a condição — não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* — de toda vida política" (ARENDR, 2018, p. 09). A citação indica a relação do condicionamento da ação como uma atividade, que o homem desempenha para a construção do novo, como afirma Arendt (2018, p. 11): "entretanto, das três atividades, a ação tem a relação mais estreita com a condição humana da natalidade [...]". Nesse contexto, acentua o Wolfgang Heuer (2022, p. 323): "a definição do que é a política está no centro do esforço de Arendt para redefinir a existência humana após a ruptura da tradição intelectual na época moderna e o evento do Holocausto".

Um conceito de política baseada em crise? Para respondermos esse segundo questionamento, faz-se necessário o nosso segundo momento discursivo: a identificação da crise como um elemento conceitual, para a política em Arendt. Desse modo, sabemos que a política em Arendt advém de um caminho discursivo baseado no contexto de rupturas e das crises sociais e políticas. Pois bem, recordamos da *crise do Estado-nação*, dos períodos revolucionários francês e americano, a crise na cultura (texto presente no *Entre o Passado e o Futuro*) e da própria crise do nazismo. Tem-se como exemplo, o prefácio do "*Entre o Passado e o Futuro*" (1954-1968), com o seu título: "a quebra entre o passado e o futuro" (ARENDR, 2014, p. 28). O qual inicia com a frase de René de Char, sobre o elemento da herança e os herdeiros que não foram indicados (ARENDR, 2014).

Essa metáfora do poeta, resgatada por Arendt, tem a tradição e a política como os elementos principais para a compreensão do tempo presente. Com isso, nesse intervalo fruto de rupturas, tem-se estabelecido a localização do homem, que age na construção do novo, para a política. Por isso, "do ponto de vista do homem, que vive sempre no intervalo entre o passado e o futuro, o tempo não é um contínuo, um fluxo de ininterrupta sucessão; é partido ao meio, no ponto onde 'ele' está" (ARENDR, 2014, p. 37).

A relação elencada na citação acima é entre tempo e política baseada na relação fenomenológica, ou seja, nos acontecimentos de construção como fruto da atividade da ação ou da ruptura política, por exemplo, a Crise do Estado-Nação e do Nazismo. Nesse elemento de fluxo do tempo, tem-se no homem e a sua existência “a aparição do homem que faz com que algo novo seja possível” (HILL, 2022, p. 177). Desse modo, temos a proximidade do que Arendt (2018) delimitou a ação do homem em aparecer como um condicionamento, ou seja, a obrigação da realização das atividades políticas no espaço público. Por isso, “tudo o que adentra o mundo humano por si próprio, ou para ele é trazido pelo esforço humano, torna-se parte da condição humana” (ARENDRT, 2018, p. 12). Por serem parte do mundo, os homens buscam a ação como uma atividade de constituir relações, ou seja, realizar o preenchimento do vazio consequente da ruptura política.

O último momento discursivo é sobre a esperança, parece-nos até um paradoxo, que após tanto sofrimento narrado na terceira parte do livro: “As Origens do Totalitarismo” (1951), ao final, Arendt resgata o pensamento de Agostinho de Hipona e nos indique um caminho baseado na esperança. Esse elemento para Arendt representa um novo começo, que advém com o fim de algo, neste caso, a história. O novo começo é indicado por Arendt como uma promessa a ser realizada. Por isso, “o começo, antes de tornar-se evento histórico, é a suprema capacidade do homem; politicamente, equivale à liberdade do homem” (ARENDRT, p. 639, 2012). Soma-se a essa citação, a frase final do livro mencionado: “cada novo nascimento garante esse começo; ele é, na verdade, cada um de nós” (ARENDRT, 2012, p. 639). A citação de forma implícita indica a natalidade como fruto da esperança, ou seja, da natalidade o homem se apresenta ao espaço público e realiza as suas atividades. Portanto, Arendt representa uma autora da esperança ou da capacidade de criar novos (re)começos.

Desses três momentos discursivos, tem-se a retomada do nosso texto sobre o elemento da pluralidade e a sua relação com a política. Por isso, na afirmação do prólogo da obra “*A Condição Humana*” (1958), tem-se: “os homens no plural, isto é, os homens na medida em que vivem, se movem e agem neste mundo, só podem experimentar a significação porque podem falar uns com os outros e se fazer entender aos outros e a si mesmos” (ARENDRT, 2018, p. 05). Esses elementos da citação indicam o estabelecimento das ações desenvolvidas pelo homem em seus espaços da aparência. Por ser fruto da ação, essa como atividade da *vita activa*, recordamos a frase inicial do capítulo quinto, da obra “*A Condição Humana*” (1958): “a pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto da igualdade e da distinção” (ARENDRT, 2018, p. 217). Esses dois últimos aspectos da pluralidade são de importância para a formação de um espaço de convivência, onde a distinção representa o compreender a si e aos demais membros da comunidade política.

Por essa razão, a política em Arendt é de fato baseada em seu aspecto da pluralidade. Esse conceito é o elemento constitutivo das relações, as quais são estabelecidas pelos homens em seu espaço da aparência. Nesse caso, a pluralidade é o elemento que se encontra com a ação, para distinguir os homens e indicar a sua localização no espaço público: a compreensão da convivência. Outro elemento é a proximidade da pluralidade com a natalidade como condição política. Por conseguinte, temos a regra da pluralidade como elemento formador e condicionante, para o estabelecimento de uma promessa como uma força de unir situações sociais e políticas em razão da subjetividade ou objetividade. Contudo, o que leva a pluralidade ser objeto de crises e rupturas políticas?

A PLURALIDADE

No pensamento de Hannah Arendt, o termo pluralidade é de essencial importância para a compreensão do sentido da política no pensamento da autora. De acordo com o *Dicionário Hannah Arendt* (2022), a Professora Maria Cristina Müller (2022, p. 310), autora do verbete pluralidade, indica-nos: que na obra “*A Condição Humana*” (1958), “a palavra aparece vinte e nove vezes ao longo do texto [...]”. Nesse caso, citamos também o livro “*O que é política*” (1993), que é outro exemplo que o termo aparece nos escritos sobre a política. De forma implícita em outro momento discursivo de sua obra, tem-se na introdução do “*Entre o Passado e o Futuro*” (1954-1968), a pluralidade como o preenchimento da lacuna do tempo, nesse caso, o tempo presente, para as ações a serem desenvolvidas pelos indivíduos políticos no espaço público. Portanto, esse termo está no centro do pensamento político de Hannah Arendt.

No pensamento da autora, sabemos a importância do termo em discussão. Contudo, precisamos localizar a discussão sobre a pluralidade. O primeiro momento discursivo, a geolocalização conceitual da pluralidade, está presente no prólogo da obra “*A Condição Humana*” (1958): “os homens no plural, isto é, os homens na medida em que vivem, se movem e agem neste mundo, só podem deixar de experimentar a significação porque podem falar uns com os outros e fazer entender aos outros e a si mesmos” (ARENDR, 2018, p. 05). Neste caso, a autora nos apresenta em seu precedente o local do exercício da pluralidade: o mundo.

Em outro momento discursivo, presente no primeiro subcapítulo da parte do pensar, na obra “*A Vida do Espírito*” (1971), Arendt (2016, p. 35) indica: “não o Homem, mas os homens é que habitam este planeta. A pluralidade é a lei da Terra”. Essa citação indica que a pluralidade vincula os habitantes da Terra. A vinculação decorre da utilização do termo lei pela autora. A Terra em Arendt é o local ou espaço físico, o qual os homens partem para a construção de seus mundos plurais

(PASSOS, 2011). Pois é na Terra, os quais os homens aparecem e realizam as suas atividades, as quais decorrem de suas pluralidades.

Deste modo, iniciamos o nosso percurso pela obra “*A Condição Humana*” (1958), a qual Hannah Arendt apresenta-nos, de forma estruturada, a relação da pluralidade com a atividade da *vita activa*, da ação. Por conseguinte, extrai-se do livro citado o conceito de pluralidade, que seria “a condição da ação humana porque somos todos iguais, isto é, humanos de um modo tal que ninguém jamais é igual a qualquer outro que viveu, vive ou viverá” (ARENDR, 2018, p. 10). Nessa citação, Arendt indica o elemento plural das identidades existentes no mundo (MÜLLER, 2022). Contudo, decorre um questionamento sobre a citação: como é possível a igualdade na pluralidade das identidades existentes? Implica nesse questionamento um paradoxo, pois, numa interpretação superficial, a possibilidade dos distintos serem iguais. Nesse sentido, tem-se a pluralidade no sentido da distinção por meio da experiência do discurso:

A pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto da igualdade e da distinção. Se não fossem iguais, os homens não poderiam compreender uns aos outros e o que vieram antes dele, nem fazer planos para o futuro, nem prever as necessidades daqueles que virão depois deles. Se não fossem distintos, sendo cada ser humano distinto de qualquer outro que é, foi ou será, não precisariam do discurso nem da ação para se fazerem compreender (ARENDR, 2018, p 217).

Na citação, Arendt, indica-nos a relação entre igualdade e distinção. O primeiro termo tem uma proximidade com os conceitos jurídicos, contudo, no pensamento de Arendt, representa uma igualdade da condição humana (MÜLLER, 2022). A igualdade citada por Arendt tem uma proximidade com a ação, essa como atividade da vida ativa. Nesse caso, a ação é a condição política por excelência e a igualdade está condicionada aos homens, que aparecem ao mundo. Enquanto o discurso está relacionado com a distinção, o qual a ação de discursar indica uma condição de compreensão entre os homens. Voltemo-nos para a relação inicial, em que “Arendt trabalha com o antagonismo igualdade e distinção, tendo como base a comunicação. Esse antagonismo não é excludente, tampouco leva a uma síntese; o que há é a relação entre as duas noções” (MÜLLER, 2022, p. 312). Portanto, embora haja um antagonismo, o discurso é a capacidade de igualdade entre os homens, que são distintos, mas pela fala se igualam.

Outro momento discursivo sobre a pluralidade, tem-se o espaço físico expresso na condição “[...] estar entre os homens (*inter homines esse*)” (ARENDR, 2018, p. 10). Posto isso, tem-se que “todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos, mas a ação é a única atividade que não pode sequer ser imaginada fora da sociedade dos homens” (ARENDR, 2018, p. 27). Por isso, “a ação é a atividade que corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que a Terra e o mundo são habitados não pelo Homem, mas por homens e mulheres portadores de uma singularidade única [...]” (CORREIA, 2018, p. 32).

“O fato de o homem ser capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável” (ARENDR, 2018, p. 220). Essa relação é fruto da indicação de Arendt na obra “*A Condição Humana*” (1958) em razão da proximidade da atividade da ação com a natalidade. Contudo, temos que somar ao espaço da aparência pela natalidade, o sentido do agir, por meio do discurso. Conforme mencionado anteriormente, tem-se no discurso a capacidade da distinção dos homens (ARENDR, 2018). Nesse intermédio, a palavra assume o papel fundamental, pois, quando é proferida pelo homem, esse é percebido pelos seus pares.

Nesse sentido, “ao agir e ao falar, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais únicas, e assim fazem seu aparecimento no mundo humano [...]” (ARENDR, 2018, p. 222). A citação indica uma característica essencial da relação agir e falar: o aparecimento das identidades dos homens. Desse modo, Paul Voice (2020, p. 65), indica-nos: “a peculiaridade do indivíduo, porém, não pode ser revelada fora de um contexto, pois em primeiro lugar, uma ação precisa ser testemunhada, pois, se trata de uma autoexposição reveladora de *quem* a pessoa é pelo que faz e diz”. Essa citação está ligada com a relação com a pluralidade dos indivíduos.

Essa relação é dita por Arendt, como: “nenhuma vida humana, nem mesmo a vida do eremita em meio à natureza selvagem, é possível sem um mundo que, direta e indiretamente, testemunhe a presença de outros seres humanos” (ARENDR, 2018, p. 27). A citação afirma uma preocupação de Arendt, em que os homens no espaço público não podem viver de forma isolada. Pelo contrário, o viver nesse espaço é consequência da capacidade de discurso deles e o viver de forma plural, que os fazem constituir um espaço comum. Soma-se a isso, “a presença de outros que veem o que vemos e ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos” (ARENDR, 2018, p. 62). Por essa razão, tem-se a “autoexposição” dos indivíduos, em decorrência de suas ações e palavras (VOICE, 2020). Contudo, essa relação do “estar entre” é ameaçada pela solidão e a captura dos espaços de aparência, como, por exemplo, o processo de massificação e o totalitarismo.

Essa ameaça da pluralidade, que decorre do exemplo conceitual: as massas e o totalitarismo. Contudo, necessitamos lembrar da característica do trabalho, como uma das atividades da *vita activa*: o seu caráter isolado e solitário (VOICE, 2020). Essas características somam-se ao sentido do trabalho como um processo de instrumentos a serem consumidos, que essa relação de produção pelo trabalho, tem como consequência o esquecimento pelo mundo (ARENDR, 2018). Esse é o local do “estar entre os homens”, ou seja, o espaço do agir, da comunicação e dos acontecimentos, que precisam ser testemunhados.

Contudo, as massas e o totalitarismo são ameaças de fato à pluralidade e ao espaço público. O pressuposto sobre a força da união da massa, que confirma as ações dos movimentos totalitários é o seguinte: “os movimentos totalitários são organizações maciças de indivíduos atomizados e isolados” (ARENDT, 1990, p. 373). Nesse caso, a consequência dessa unidade foram as atrocidades cometidas, via o terror, a figura do campo e o domínio total. Por isso, o totalitarismo foi/é considerado uma nova forma de dominação política (RENSMANN, 2020). Outro pressuposto é que “as massas não se unem pela consciência de um interesse comum e falta-lhes aquela específica articulação de classes que se expressa em objetivos determinados, limitados e atingíveis” (ARENDT, 1990, p. 361). Por essa razão, tem-se que a massa é indiferente com a capacidade do discurso, do pensar e do juízo.

No entanto, é a propaganda, como instrumento do movimento totalitário, que impulsiona a união da rale e a elite, como indivíduos atomizados, para confirmarem as políticas totalitárias. Outro ponto, é que “[...] as massas têm de ser conquistadas por meio da propaganda” (ARENDT, 1990, p. 390). Desse modo, o primeiro sentido da propaganda é o encanto e captação de novos apoiadores ao regime, ou seja, a constituição de uma ideologia, baseada no terror. Após esse processo de captura e de isolamento, por meio da propaganda, essa utiliza o terror e a violência para a manutenção desses indivíduos massificados e para a confirmação de um espaço totalitário.

Outro ponto discursivo sobre a relação da propaganda com a massa, é o tipo de linguagem utilizada. O objetivo de uma simples propaganda é: exaltar um produto, para conquistar os consumidores deste. Além disso, outro objetivo do termo é criar uma exclusividade para o objeto a ser comercializado. Contudo, no âmbito da propaganda totalitária, a exclusividade de venda foi dada à massa: o antissemitismo e o terror, embora o outro meio de linguagem utilizado tenha sido o cientificismo profético (ARENDT, 1990). O objetivo desse tipo de linguagem era a possibilidade de as massas recuperarem o seu lugar no mundo e as suas forças políticas (ARENDT, 1990). Por essa razão, a consequência desse tipo de linguagem, para as massas, foi a incapacidade de elas perceberem a realidade.

Com a chegada do totalitarismo como política de Estado e ao poder, tem-se a formação de um Estado totalitário. O seu processo político é a confirmação de um domínio da vida, pela execução das identidades próprias de cada ser humano (MÜLLER, 2022). Por conseguinte, a dominação total do Estado totalitário é por dois mecanismos: o campo de concentração e o fim da pluralidade. Em relação ao campo como primeiro mecanismo de controle, temos: “os campos de concentração e de extermínio dos regimes totalitários servem como laboratórios onde se demonstra a crença fundamental do totalitarismo de que tudo é possível” (ARENDT, 1990, p. 488). Por isso, o campo é o local da destruição dos inimigos objetivos (RENSMANN, 2020) ou, ainda, de toda forma de vida.

O segundo mecanismo de controle do totalitarismo foi: “o domínio total, que procura sistematizar a infinita pluralidade e diferenciação dos seres humanos como se toda a humanidade fosse apenas um indivíduo, só é possível quando toda e qualquer pessoa seja reduzida à mesma identidade de reações” (ARENDR, 1990, p. 488). Nesse sentido, o objetivo do domínio total era acabar com o espaço político de convivência dos indivíduos políticos. O extermínio da pluralidade era uma dessas consequências. Portanto, retomamos o questionamento do parágrafo final da seção anterior: o que leva a pluralidade ser objeto de crises e rupturas políticas? A resposta está na negação do espaço da aparência, da identidade própria, do discurso e das palavras, além da negação da pluralidade, que passa pelo intermédio de crises.

AS CRISES

A incursão etimológica da palavra “crise”, decorre do verbo grego *Krínein*. O significado do termo decorre do aspecto biológico do corpo humano, ou seja, a pessoa que está acometida de alguma enfermidade. A consequência dessa é que o seu estado biológico está em *krisis*. Contudo, o termo em questão ganhou uma amplitude conceitual, por exemplo, o sentido de julgar, de decisão ou de separação. Para a nossa discussão, temos o fenômeno da *krisis* interligada com a política, nesse caso, ela representa uma ruptura social-político-jurídica aos membros do espaço público.

Sobre o pensamento de Hannah Arendt, a crise é um fenômeno a ser analisado. Os exemplos conceituais de sua obra corroboram essa análise. Por isso, temos como exemplos: a crise do Estado-nação, o totalitarismo, crises da República, na educação e na cultura. O elemento comum nesses exemplos é a política e a vida dos membros do espaço público. Mas, a quebra entre o passado e o futuro, é a provocação conceitual, a qual Arendt está disposta a analisar os acontecimentos mencionados. Como Arendt informou no prefácio do “*Entre o Passado e o Futuro*” (1954-1968), o tesouro está perdido, vindo de uma herança sem testamento. Essa metáfora advinda do poeta René Char, fala-se “seja como for, é a ausência de nome para o tesouro perdido que alude o poeta ao dizer que nossa herança foi deixada sem testamento nenhum” (ARENDR, 2014, p. 31). A citação indicada pela autora demonstra uma confirmação e uma provocação sobre a ausência ou perda dessa “herança”. Sobre esse sentido de perda, tem-se:

A perda, talvez inevitável em termos de realidade política, consumou-se, de qualquer modo, pelo olvido, por um lapso de memória que acometeu não apenas os herdeiros como, de certa forma, os atores, as testemunhas, aqueles que por um fugaz momento detiveram o tesouro nas palmas de suas mãos; em suma, os próprios vivos. Isso porque a memória, que é apenas um dos modos do pensamento, embora dos mais importantes, é impotente fora de um quadro de referência preestabelecido, e somente em raríssimas ocasiões a mente humana é capaz de reter algo inteiramente desconexo (ARENDR, 2014, p. 31).

A citação indica-nos dois sentidos: o primeiro a perda e o segundo a memória. O conceito de perda é indicado no início da citação e a confirmação da perda se dá na capacidade do esquecimento dos “herdeiros” e todos os envolvidos no espaço público. Dessa forma, a responsabilidade por esse ato de esquecimento é de todos os indivíduos que realizam a atividade da ação. O segundo elemento é a memória como parte da preservação do “tesouro”, ou seja, a função da memória em evitar que os acontecimentos pretéritos ocorressem no espaço público. A consequência da perda de memória é fruto de uma ruptura (crise), a qual a política causa para o mundo político.

O nosso pressuposto é que a crise é responsável em transformar o mundo em uma ausência-de-mundo, ou seja, no deserto. Por isso, “o moderno crescimento da ausência-de-mundo, a destruição que há *entre nós*, pode ser também descrito como expansão do deserto” (ARENDR, 2008, p.266). O deserto representa uma aridez de relações sociais, do desaparecimento do espaço público e, com isso, das relações plurais. Por essa razão, a seca que o deserto representa significa a falha da tradição política. Dessa maneira, a consequência principal é que o deserto confirma a solidão dos indivíduos no espaço público.

Esse perigo da solidão tem como exemplo o totalitarismo, que transformou o pluralismo em uma solidão. Tem-se desse processo a ruptura das identidades individuais para cada indivíduo político. Esse decurso foi fruto da atomização das massas, que adentraram na solidão do deserto como uma aceitação da política do não questionar, do não pensar e do não julgar. A consequência dessas ações de negação foi a modificação dos tipos de vidas: a *zoé* e a *bios* (RENSMANN, 2020). Em ambos os tipos de vida, as tempestades do deserto foram elementos de morte da vida político-social, especialmente, da vida biológica dos indivíduos.

Por conseguinte, outros exemplos de crise presente na obra de Arendt: na educação e na cultura, embora não iremos realizar uma discussão de esgotar esses dois elementos conceituais de Arendt. Todavia, o recorte discursivo está em seus elementos constitutivos e discursivos sobre a origem da crise em cada exemplo mencionado. O pressuposto, o qual Arendt indica sobre a crise na educação é essa: “a crise geral que acometeu o mundo moderno em toda parte e em quase toda esfera da vida se manifesta diversamente em cada país, envolvendo áreas e assumindo formas diversas” (ARENDR, 2014, p. 221) e sobre a cultura, a inquietação conceitual, para Arendt (2014, p. 249) é a seguinte: “a questão da cultura de massas desperta, antes de mais nada, um outro problema mais fundamental, o do relacionamento altamente problemático entre sociedade e cultura”. Em ambos os casos, os temas estão passando por situações de rupturas, as quais são manifestadas de várias formas e em espaços públicos distintos.

No caso da educação, o resultado da crise é a negação do indivíduo em querer amar o mundo. Esse é o pensamento que Arendt (2014) finaliza o texto “*Crise na Educação*”. Por isso, a

autora afirma que “a educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, como tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda de novos jovens” (ARENDR, 2014, p. 247). Esse sentido de amar o mundo (*amor mundi*) advém da ação política, ou seja, uma responsabilidade dos indivíduos que estão no espaço público. A educação representa esse sentido de ter responsabilidade pelo mundo comum, enquanto o espaço da escola é um local de aparecimento e de acolhimento da criança e do jovem (CARVALHO, 2014). Por essa razão, o sentido do ensaio é estabelecer um “divórcio” entre a relação de competência da educação e do conteúdo político (CARVALHO, 2014).

No caso da crise da cultura, temos a seguinte citação, como pressuposto: “a questão, no entanto, é saber se o que é legítimo para a sociedade massas também o é para a cultura de massas [...]”. Essa é a inquietação de Arendt sobre a temática inicial sociedade de massas e culturas de massas. Contudo, na continuação da citação, a autora indica uma alternativa discursiva: “[...] ou, em outras palavras, se a relação entre sociedade de massas e cultura será, *mutatis mutandis*, idêntica à relação anteriormente existente entre sociedade e cultura” (ARENDR, 2014, p. 249). Nesse caso, essa é a regra da cultura de massas, ou seja, algo que é passageiro e momentâneo (SILVA, 2009). Esse fenômeno coloca em disputa dois homens: o *homo laborans* e o *homo faber*. O *homo laborans* representa o lado biológico das necessidades humanas para a sua sobrevivência. Enquanto a produção, a técnica e a obra são correspondentes do *homo faber* (MORAIS, 2020). Ambos os tipos de homem estão interligados as atividades da *vita activa*: trabalho e obra.

“O conjunto das obras fabricadas pelo *homo faber* forma o que Arendt chama de *mundo* e confere uma característica especificamente humana à vida que se encontra em tais objetos” (SILVA, 2009, p. 144). As obras deixadas não são fenômenos para serem consumidos, pois, os homens quando as fabricam querem deixar a sua marca como um monumento ao mundo. Mas, com a vitória do *homo laborans*, ou seja, das necessidades biológicas do homem, é que o consumo se torna o centro da razão deste mundo habitado. Pois, como afirma Arendt no subcapítulo 45, da obra “*A Condição Humana*” (1958): “[...] o necessário era apenas trabalhar, isto é, garantir a continuidade da vida de cada um e de sua família” (ARENDR, 2018, p. 399). Por essa razão, a ação foi permutada pela condição da produção e do fabricar, nesse caso, o homem voltou-se a uma produção egoísta: uma solidão, pela vitória do *animal laborans*.

Por fim, o elemento da crise, que está presente nos exemplos acima, tem a política como objeto. Une-se a esses conceitos a condição humana da pluralidade, pois, é a capacidade dos homens estarem no espaço público. Por isso, a pluralidade é a barreira, a qual os homens combatem as “crises”. Com o fim da crise, tem-se “a história tem muitos finais e muitos começos, sendo cada um

de seus finais um novo começo e cada um de seus começos um ponto final no que havia antes” (ARENDDT, 2008, p. 89). Por essa razão, a política, com a sua proximidade da ação, representa a capacidade do homem de criar novos recomeços.

CONSIDERAÇÕES ENTRE AS CRISES E A PLURALIDADE

Para as considerações finais do texto, temos que retornar à nossa problemática de pesquisa: Por que a pluralidade na política é objeto de crises, a partir do pensamento de Hannah Arendt? No decorrer do texto, apresentamos os elementos conceituais, o conceito de política, o sentido da pluralidade e os conceitos presentes dos termos crise. Esses foram analisados do pensamento de Hannah Arendt, o qual ela bem trabalhou com esses três conceitos. Por esses, foi o nosso objetivo deste texto a compreensão e sua relação com a pluralidade como vítima das crises.

O nosso exemplo principal, o qual citamos como ruptura da pluralidade, é o totalitarismo. A autora bem apresentou esse processo como fruto da atomização das massas, às quais essas confirmam as atitudes políticas desse tipo de estado político. A forma e a condição de atuação política é desconstruir as identidades individuais do homem. A consequência desse processo é isolar o homem de relações sociais e políticas. Por essa razão, a política totalitária em razão do homem é destruir a sua vida, assim como ocorreu no domínio total do campo. Esse foi o caso de como a pluralidade foi vítima do campo, ou seja, esse rompeu com os aspectos do sentido da política.

Embora, ao final de toda escrita sobre os horrores do totalitarismo, Hannah Arendt indica um alerta sobre o processo de solidão, para o seu tempo e para o nosso tempo: é um fenômeno diário. Contudo, ao final do livro “*As Origens do Totalitarismo*” (1951), o homem está fadado com o seu nascimento a criar novos começos (ARENDDT, 1990). Nessa frase final do livro, está explícita a influência de Agostinho de Hipona em seu pensamento: é necessário o homem assumir a responsabilidade e ter amor pelo mundo (ARENDDT, 1990).

Por fim, como para evitar o fim da pluralidade, passando pelas crises na política, tem-se a capacidade de criar novos começos. Esse processo é o fruto da ação política, a qual os homens aparecem com a natalidade como experiência do exercício político de cada indivíduo no espaço da aparência. Pois, como Arendt indicou na Quarta Lição sobre a “*A Filosofia Política de Kant*” (1982): “[...] e há homens no plural, os quais, de fato, estão no centro de nossas considerações” (ARENDDT, 1994, p. 29). Dessa forma, a política no pensamento de Arendt, como afirmamos em parágrafos anteriores, está baseada na capacidade dos homens viverem pela pluralidade, se distinguindo pela condição do discurso.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo. Rev. de Adriano Correia. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.
- ARENDDT, Hannah. **O que é Política?** Tradução de Reinaldo Guarany. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.
- ARENDDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- ARENDDT, Hannah. **As Origens do Totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ARENDDT, Hannah. **A Promessa da Política**. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008.
- ARENDDT, Hannah. **Lições Sobre a Filosofia Política de Kant**. Org. de Ronald Beiner. Tradução de André Duarte. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- ARENDDT, Hannah. **As Origens do Totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, José Sérgio Fonseca de. Política e Educação em Hannah Arendt: Distinções, Relações e Tensões. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n.138, p.813-828, 2014.
- CORREIA, Adriano. Pensar o Que Estamos Fazendo. *In*: ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo. Rev. de Adriano Correia. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.
- FRY, Karin. Natalidade. *In*: HAYDEN, Patrick. **Hannah Arendt: Conceitos Fundamentais**. Tradução de José Maria Gomes de Souza Neto. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.
- HEUER, Wolfgang. Política. *In*: CORREIA, Adriano; ROCHA, Antonio Glauton Varela; MÜLLER, Maria Cristina; AGUIAR, Odilio Alves. **Dicionário Hannah Arendt**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2022.
- HILL, Samantha Rose. **Hannah Arendt**. Tradução de Juliana de Albuquerque. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022.
- MORAIS, Alexander Almeida. Sobre *Homo Faber*, Técnica e Responsabilidade Política e Ética em Hannah Arendt e Hans Jonas: Aproximações e Diferenças. **Cadernos Do PET Filosofia**, Teresina, v. 11, n. 22, p. 62-70, 2020.
- MÜLLER, Maria Cristina. Pluralidade. *In*: CORREIA, Adriano; ROCHA, Antonio Glauton Varela; MÜLLER, Maria Cristina; AGUIAR, Odilio Alves. **Dicionário Hannah Arendt**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2022.
- PASSOS, Fábio Abreu dos. As Implicações Políticas da Distinção Husserliana entre “terra” e “mundo” no Pensamento de Hannah Arendt. **Revista Argumentos**, Fortaleza, a. 03, n.05, p. 63-70, 2011.

RENSMANN, Lars. O Totalitarismo e o Mal. *In*: HAYDEN, Patrick. **Hannah Arendt**: Conceitos Fundamentais. Tradução de José Maria Gomes de Souza Neto. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.

SILVA, Tiago Dias da. Hannah Arendt e a Questão da Cultura de Massas. **Humanidades em Diálogo**, São Paulo, v. III, n. I, p. 141-155, 2009.

VOICE, Paul. Labor, Trabalho e Ação. *In*: HAYDEN, Patrick. **Hannah Arendt**: Conceitos Fundamentais. Tradução de José Maria Gomes de Souza Neto. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.